

Escutar para compreender

Contribuições de mulheres com
deficiência e de seus coletivos
à leitura dos resultados

A inclusão, pela primeira vez, da identificação das mulheres com deficiência na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher abriu uma possibilidade inédita de produção de conhecimento sobre essa população. A partir da 11ª edição da pesquisa, tornou-se possível realizar um recorte específico sobre as experiências de violência doméstica e familiar vivenciadas por mulheres com deficiência, com base em uma pesquisa probabilística de abrangência nacional, com dados de todas as unidades da Federação.

Diante do caráter inédito do estudo, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) considerou fundamental que a análise não se encerrasse no trabalho das equipes de pesquisa. Antes da divulgação dos resultados, o Observatório promoveu uma escuta com mulheres com deficiência e representantes de coletivos, movimentos, redes e organizações de diferentes regiões do país, convidadas a conhecer os achados e contribuir com sua interpretação.

O objetivo da escuta foi aproximar os dados da experiência de quem vive, acompanha e atua diretamente com essa realidade. A reunião não teve a pretensão de substituir o desenho metodológico da pesquisa nem de produzir uma representação estatística adicional. Seu propósito foi ouvir, acolher contribuições e identificar aspectos que pudessem qualificar a leitura dos resultados e orientar futuros aprimoramentos.

Uma expressão apareceu repetidamente nas falas: **"Nada sobre nós sem nós"**. Mais do que um lema, ela

sintetizou uma contribuição central para este relatório: dados sobre mulheres com deficiência ganham maior capacidade de explicar a realidade quando dialogam com as experiências, os conhecimentos e as perguntas dessas próprias mulheres.

OS DADOS TORNAM VISÍVEL UMA REALIDADE AINDA POUCO REGISTRADA

Um dos pontos recorrentes durante a escuta foi a própria relevância da produção de dados nacionais sobre violência contra mulheres com deficiência. As participantes destacaram a dificuldade de encontrar informações que permitam conhecer a dimensão e as características dessa violência e, principalmente, compreender as especificidades das experiências vivenciadas por essas mulheres.

Nesse sentido, a possibilidade de identificar mulheres com deficiência na Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher representa um avanço importante. Ao incorporar esse recorte a uma pesquisa probabilística de abrangência nacional, torna-se possível produzir evidências que não dependem exclusivamente dos registros realizados nos serviços de segurança, saúde, justiça ou assistência.

A escuta também ajudou a dar conteúdo concreto a uma questão que aparece nos próprios resultados da pesquisa: a distância que pode existir entre vivenciar uma situação de violência, reconhecê-la como tal e conseguir acessar os mecanismos de ajuda e proteção.

As contribuições das participantes mostram que, no caso das mulheres com deficiência, essa trajetória pode envolver barreiras adicionais. Por isso, a pergunta não deve se restringir a **por que uma mulher não denuncia, mas considerar também quais condições precisam existir para que ela possa reconhecer a violência, buscar ajuda e acessar proteção com segurança e autonomia.**



QUANDO QUEM AGRIDE TAMBÉM É QUEM CUIDA

Uma das questões que ganhou especial relevância durante a escuta foi a relação entre violência, dependência e cuidado.

Para algumas mulheres com deficiência, a pessoa que pratica a violência pode ser também aquela de quem dependem para atividades cotidianas, como mobilidade, higiene, alimentação, administração de medicamentos, comunicação ou deslocamento. Nesses casos, romper com o agressor ou afastá-lo pode significar também perder uma estrutura de cuidado necessária à vida diária.

Essa perspectiva contribui para ampliar a compreensão de fatores que podem dificultar a busca por ajuda e proteção. O medo do agressor pode coexistir com dependências físicas, econômicas, comunicacionais ou relacionadas ao cuidado.

As participantes chamaram atenção, ainda, para a necessidade de que os serviços de proteção estejam preparados para situações em que o afastamento do agressor exija também a oferta de condições para que a mulher possa permanecer protegida sem perder o apoio necessário à sua autonomia e às atividades da vida cotidiana.

A escuta, portanto, acrescenta uma pergunta fundamental à leitura dos dados: **que condições precisam existir para que uma mulher com deficiência possa sair de uma situação de violência sem perder as condições necessárias à sua própria sobrevivência, segurança e autonomia?**

ACESSIBILIDADE TAMBÉM É CONDIÇÃO DE ACESSO À PROTEÇÃO

A acessibilidade foi um dos temas mais presentes nas manifestações das participantes.

Os relatos e contribuições apontaram diferentes tipos de barreiras que podem surgir quando uma mulher com deficiência procura ajuda: barreiras arquitetônicas, comunicacionais, digitais e atitudinais.

Foram mencionadas dificuldades relacionadas ao acesso físico a equipamentos públicos, à ausência de recursos adequados de comunicação, à necessidade de intérpretes de Libras, à acessibilidade de sistemas e canais digitais e à própria forma como mulheres com deficiência podem ser recebidas e atendidas nos serviços.

As participantes ressaltaram que acessibilidade não se resume à existência de rampas, elevadores, pisos táteis ou banheiros adaptados. Ela envolve também a possibilidade de compreender e ser compreendida, registrar uma ocorrência de maneira autônoma, receber informações em formatos acessíveis e ser atendida sem infantilização, descrédito ou tratamento inadequado.

Essas contribuições ajudam a interpretar o acesso à rede de enfrentamento à violência como uma questão que ultrapassa a simples existência dos serviços. Para que um serviço esteja efetivamente disponível para uma mulher com deficiência, é necessário que ela consiga chegar até ele, comunicar-se, ser compreendida e receber atendimento compatível com suas necessidades.

Nesse sentido, **acessibilidade também é uma condição de acesso à proteção.**

REGISTRAR A DEFICIÊNCIA É TAMBÉM PRODUZIR VISIBILIDADE

Outro ponto destacado durante a escuta foi a necessidade de aprimorar a identificação da deficiência nos registros administrativos relacionados à violência contra as mulheres.

As participantes chamaram atenção especialmente para os boletins de ocorrência e outros instrumentos utilizados pela rede de atendimento e proteção. A identificação adequada da existência de deficiência e, quando pertinente, de suas características pode contribuir para compreender melhor quem são as mulheres que procuram os serviços e quais são suas necessidades.

Essa discussão revela uma relação importante entre **acesso a direitos e produção de informação.**

Quando a deficiência não é identificada nos registros administrativos, parte dessa realidade permanece estatisticamente invisível. Ao mesmo tempo, quando os próprios serviços apresentam barreiras de acessibilidade, algumas mulheres podem sequer conseguir realizar o registro ou acessar a rede de proteção.

Assim, ausência de informação e dificuldade de acesso podem se reforçar mutuamente.

A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher contribui para iluminar uma parcela dessa realidade justamente porque sua produção de dados não depende exclusivamente da chegada das mulheres aos serviços públicos. Ainda assim, a escuta evidencia a importância de aprimorar também os registros administrativos, para que seja possível acompanhar de forma mais consistente as situações de violência contra mulheres com deficiência e a resposta oferecida pelas políticas públicas.

QUEM AINDA TEMOS DIFICULDADE DE OUVIR

A escuta também trouxe contribuições importantes sobre os limites da própria pesquisa e sobre grupos de mulheres que podem ser mais difíceis de alcançar por meio de uma pesquisa telefônica probabilística.

Foram mencionadas, entre outras, mulheres surdas que utilizam Libras como principal forma de comunicação, mulheres com deficiência intelectual, mulheres indígenas com deficiência, mulheres em situação de rua, residentes em áreas com acesso limitado à telefonia e mulheres que não dispõem de privacidade ou autonomia para responder a uma entrevista.

Em pesquisas sobre violência, a questão da privacidade assume relevância especial. Uma mulher pode ter acesso ao telefone e, ainda assim, não dispor de condições seguras para responder às perguntas caso esteja próxima da pessoa que exerce controle ou violência sobre ela.

Essas limitações não invalidam os resultados obtidos. Ao contrário, explicitá-las permite compreender com maior precisão o alcance da pesquisa e identificar caminhos para ampliar o conhecimento produzido.

A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher tem como característica central sua abrangência nacional e seu desenho probabilístico, que permitem produzir estimativas para a população pesquisada. Outros métodos podem complementar esse retrato, buscando deliberadamente grupos que uma pesquisa dessa natureza tem maior dificuldade de alcançar e aprofundando aspectos específicos de suas experiências.

A escuta reforçou, assim, a importância de combinar diferentes estratégias de produção de conhecimento.



NÃO EXISTE UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA DE SER MULHER COM DEFICIÊNCIA

As participantes também destacaram que a experiência da deficiência não pode ser compreendida de forma isolada.

Raça, etnia, idade, renda, território, orientação sexual, condições de moradia, redes de apoio e diferentes tipos de deficiência podem produzir experiências distintas de violência, dependência, reconhecimento e acesso à proteção.

As manifestações chamaram atenção, entre outros aspectos, para as experiências de mulheres negras com deficiência, mulheres indígenas com deficiência, mulheres idosas, em situação de rua e mulheres com diferentes tipos de deficiência, além das desigualdades territoriais que interferem no acesso a serviços e direitos.

Essas contribuições reforçam a importância de explorar, sempre que o tamanho da amostra e as condições estatísticas permitirem, as interseções existentes nos próprios dados da pesquisa.

Também apontam para a necessidade de estudos complementares capazes de alcançar dimensões da experiência que uma pesquisa quantitativa nacional, por sua própria natureza, não consegue aprofundar.

UM PRIMEIRO RETRATO E UM CAMINHO QUE CONTINUA

A produção deste recorte representa um primeiro passo. Pela primeira vez, a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher permite olhar especificamente para as experiências de mulheres com deficiência e produzir evidências nacionais sobre uma realidade ainda marcada por importantes lacunas de informação.

A escuta realizada durante a elaboração do relatório mostrou, ao mesmo tempo, que tornar essa realidade visível abre novas perguntas.

As contribuições apontam para temas que merecem ser aprofundados: a relação entre violência e dependência de cuidado; as barreiras encontradas no acesso à rede de proteção; a identificação da deficiência nos registros administrativos; a acessibilidade dos próprios instrumentos de pesquisa; as diferentes experiências produzidas pelas interseções entre deficiência, raça, território, idade e condições socioeconômicas; e a necessidade de estratégias complementares para alcançar mulheres que permanecem mais difíceis de ouvir.

Também reforçam a importância de manter o diálogo com mulheres com deficiência e com os coletivos, movimentos e organizações que acumulam conhecimento e experiência sobre essa realidade.

Se este estudo contribui para tornar visível uma violência ainda pouco conhecida pelas estatísticas nacionais, a própria experiência de sua elaboração evidencia que produzir conhecimento sobre mulheres com deficiência exige mais do que **produzir números sobre elas. Exige também criar espaços para que suas experiências, seus conhecimentos e suas perguntas participem da interpretação desses números e da construção dos próximos caminhos de pesquisa.**

PARTICIPAÇÃO NA ESCUTA

A escuta reuniu mulheres com deficiência, representantes de coletivos, movimentos, redes e organizações de diferentes regiões do país, além de profissionais que atuam com a temática.

PARTICIPARAM DO ENCONTRO:

Vitória Bernardes —
Coletivo Helen Keller;

Vanessa Cornélio —
Ponto de Cultura Asa de Borboleta ou Coletivo Mulheres na Política;

Stella Maria Vaz —
Núcleo de Coordenação de Ações de Diversidade do Senado Federal;

Siana Guajajara
— Coletivo
AcessibilÍndigena;

Rosana Lago — Frente Nacional das Mulheres com Deficiência;

Regina Célia — Instituto Maria da Penha;

Rafaela Moreira DE FREITAS — Frente Nacional das Mulheres com Deficiência;

Narjarah Paz — Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão;

Mila D'Oliveira —
Coletivo Helen Keller;

Marleide Bispo — Núcleo de Coordenação de Ações de Diversidade

do Senado Federal;

Maria Laudicéia Silva DE OLIVEIRA — Movimento de Mulheres com Deficiência do Amazonas;

Marcela Diniz — Núcleo de Coordenação de Ações de Diversidade do Senado Federal;

Luiza Luzia Zwang —
Instituto Miss Brasil Cadeirante – Rio de Janeiro e Frente Nacional de Mulheres com Deficiência;

Lucielys Magalhães —
Inclua Eu – Movimento de Mulheres com Deficiência e Famílias Atípicas (Paraíba);

Luciana Trindade —
RIMA – Rede Nacional de Mulheres pela Cidadania, Equidade e Garantia de Direitos e Levante Nacional de Mulheres com Deficiência;

Letícia Fernanda de OLIVEIRA — Núcleo de Coordenação de Ações de Diversidade

do Senado Federal;

Juliana Paiva —
Coletivo Helen Keller;

Josiane França —
Comitê de Mulheres Negras com Deficiência;

Izabel de Loureiro Maior — Frente Nacional de Mulheres com Deficiência;

Cristina Gonçalves —
Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão;

Consuelo Prates —
Rede Metropolitana de Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres e Frente Nacional de Lideranças da Fibromialgia;

Cleo Melo —
Coordenação Estadual da Frente Nacional de Mulheres com Deficiência – Roraima;

Bianca Mel DE FRANÇA
— Núcleo de Mulheres com Deficiência População de Rua;

Nota sobre a escuta: este texto sistematiza contribuições apresentadas durante reunião promovida pelo Observatório da Mulher contra a Violência com mulheres com deficiência e representantes de coletivos, movimentos, redes e organizações. Relatos individuais e afirmações factuais específicas não verificadas foram considerados como experiências e percepções das participantes, e não como constatações da pesquisa.

O Observatório da Mulher contra a Violência agradece a todas as participantes pela disponibilidade em conhecer os resultados antes de sua divulgação pública e, sobretudo, pela generosidade em compartilhar conhecimentos, experiências e perspectivas que contribuíram para qualificar a leitura dos dados apresentados.